

Sincronismo e sintonia

"Ou o Brasil decide acabar com a inflação, ou decide sair do rumo da História" — eis a dramática advertência do ministro Fernando Henrique Cardoso nos entendimentos até aqui mantidos com as lideranças parlamentares e com as mais diferentes platéias. Nada mais poderá ser acrescentado a essa colocação para definir a urgência de o Congresso Nacional apreciar e votar o plano de estabilização econômica.

Das resistências mais frontais, reveladoras dos pontos críticos a superar com vistas a viabilizar o novo plano em seus principais objetivos, avultam a formação do Fundo Constitucional de Emergência, e o aumento de cinco por cento nas alíquotas dos tributos federais. Segundo o Ministério da Fazenda, desde que medidas alternativas sejam levantadas a fim de zerar o **deficit** público na realização orçamentária de 1994, as negociações poderão evoluir para novos estágios, tanto que se mantenha inarredável a meta de pleno equilíbrio das finanças públicas. O pressuposto para dar funcionalidade à estabilização pretendida é igualar receita com despesa. Sem essa condição básica o plano não decola e o País "estará fora do rumo da História" e certamente fora do prumo democrático.

Queixam-se, ainda, as lideranças parlamentares do vazio de ajustes que deveriam ter precedido a remessa do plano, entregue ao Congresso como obra perfeita e acabada, porém destituída das funções políticas que agora deverão ser encontradas no Legislativo e aí impostas como remédio heróico, sem medir o seu amargor e sem avaliar os efeitos colaterais de sua ingestão nas próximas eleições gerais. Nesse sentido, aliás, são conhecidos vaticínios desastrosos de total impossibilidade de aprovação do FCE.

Na contraposição, o ministro Fernando Henrique Cardoso abre espaços para encontrar os mesmos efeitos por vias

diferenciadas. A propósito, um amplo canal de entendimento pode ser aberto nos contrapesos de uma descentralização de encargos e funções administrativas, repassando responsabilidades aos estados e municípios. Na redução das partidas dobradas a funcionalidade dos serviços oficiais teria ganhos a incorporar à álgebra orçamentária. Da mesma forma uma cirurgia mais profunda na proposta revista da lei de meios poderá encurtar as distâncias para alcançar o zero na contabilidade do Tesouro Nacional no próximo ano. Por igual, dar o dimensionamento correto ao aumento de cinco por cento nas alíquotas tributárias e nas contribuições ao Erário, representando acréscimos desse porte aos padrões fiscais já fixados, o que é muito diferente de cinco por cento sobre o valor dos bens e serviços taxados, conforme a solerte versão de quem dolosamente se insurge contra o plano de estabilização.

A par das conversações em busca de um ponto de otimização nos entendimentos, torna-se necessária uma profilaxia nos próprios quadros governamentais, notadamente aqueles que têm obrigações de somar em favor dos objetivos nacionais. O exemplo sintomático alcança as lideranças parlamentares engajadas na readmissão de 50 mil servidores demitidos no governo Collor, cujo retorno ao serviço público poderá acarretar despesas de até dois bilhões de dólares.

É preciso sintonia e sincronismo num processo de muito equilíbrio, integrando o Legislativo e o Executivo. Sem essa solidariedade a Nação corre o grave risco de perder-se no caos de uma superinflação e, atropelada pela desordem social e a inércia econômica, desestruturar os fundamentos de soberania, de cidadania, de dignidade da pessoa humana, dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e do pluralismo político, sobre os quais a democracia é construída.